

## ATENDIMENTO

# Ipesaúde tem que apresentar solução para a urgência

**Karla Pinheiro**

O destino do Serviço de Pronto Atendimento (SPA), do Instituto de Promoção e Assistência à Saúde de Servidores Públicos (Ipesaúde) seria decidido ontem, 25, durante audiência no Ministério Público Estadual (MPE), mas devido ausência de representantes da autarquia, uma nova audiência foi marcada para o dia 9 de dezembro, para assim determinar a real situação do serviço e o que de fato será feito dele.

“A audiência de hoje (ontem) foi para aguardar um pronunciamento da urgência do Ipes com relação às especulações do fechamento do Serviço de Pronto Atendimento (SPA) que funciona hoje dentro do Hospital da Polícia Militar (HPM). Hoje a vinda do IPES era imprescindível, porque vieram outras representantes de unidades hospitalares, setores dos usuários, profissionais de saúde, para que possa dá um direcionamento e saber para onde se dirigir, se de fato esse serviço permanecerá ou se haverá uma migração ou terceirização para outras unidades”, declara o promotor de Justiça, Alex Maia.

A missão do Ipesaúde é promover a prevenção e assistência à saúde a seus associados, garantindo o fornecimento de serviços de qualidade, objetivando a sua plena satisfação com ética, eficácia e comprometimento social, mas de acordo com as entidades presentes na audiência, isso não ocorre. “Quando houve a transferência do serviço de urgência do Ipes para um prédio cedido pelo HPM, houve a fala do Ipes que era temporário, porque seria realizada construção de um novo prédio no terreno vizinho. Nessa época tinham 40 mil assegurados, com o passar do tempo nada foi feito, as condições do SPA é insuficiente, inadequada, espaço pequeno, poucos leitos, falta de leitos separados por sexo, falta de material e medicamentos e mesmo assim triplicou o número de associados, hoje tem cerca de 120 mil associados, e o local não tem condições de assistir a todos”, reclama Sargento Vieira, presidente da Associação dos Militares de Sergipe (Amese), que fala ainda que os usuários estão aflitos com a situação.

“Nós temos hoje um inchaço,

pois aumentou número de associados, mas não aumentou o quadro de funcionários, não se deu uma estrutura, ou seja, não há condições, nós estamos preocupados com nossa saúde, tem que tomar uma providência imediata porque estamos sofrendo”, afirma. Para o vice-presidente do Sindicato dos Médicos de Sergipe (Sindimed), José Menezes, o governo do Estado tem que tomar uma providência urgente em relação ao Ipesaúde e ao Hospital da Polícia. “Precisa melhorar o serviço de urgência do IPES, porque ele está pequeno, não tem condições de trabalho, funciona anexo ao HPM, que deveria dá retaguarda e não dá, e ainda fiquei estupefato ao ouvir do representante do HPM dizer que lá é uma unidade da PM, para dá retaguarda à PM. Mas vemos que toda vez que um policial é ferido e tem necessidade de urgência, ele vai para o Hospital Governador João Alves Filho e não para o HPM. O comandante maior do Estado de Sergipe é o governador e não o comandante da Polícia, ele deve obediência ao governador. Nós esperamos que o governador tome as decisões, porque não podemos nos dá ao luxo de ter um hospital com 80 leitos ociosos, quando tem vários hospitais precisando de leitos”, critica. Uma nova audiência foi marcada para o dia 9 de dezembro, para que dessa vez o Ipesaúde se faça presente e apresente respostas para os questionamentos e soluções para os problemas do SPA. “Dia 9, contando com a presença do Ipes para que possa ser dado de forma transparente um posicionamento desse serviço que hoje funciona, de acordo com os participantes, de forma precária, inclusive a alegação dos profissionais de saúde e da Amese, é que está havendo sucateamento do SPA com o propósito justamente de fechá-lo. Sabemos que o quadro não é dos melhores, todas as partes que participaram da audiência narraram um quadro preocupante e que tende para um esgotamento desse SPA dentro do HPM e isso não desejamos, porque ali é um patrimônio público. O usuário, que é o servidor público do estado, é o foco, o ponto fundamental da audiência e eles não podem ficar nessa situação de indefinição”, conclui Alex Maia.